



## A EXPERIÊNCIA DA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL - TO

Francislene Alves Bezerra<sup>1</sup>

Jonathan Adonias Xavier<sup>2</sup>

Rosane Balsan<sup>3</sup>

Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo visa apresentar a Experiência da Semana da Consciência Negra na Escola Família Agrícola de Porto Nacional - Tocantins, onde acontece a culminância dos trabalhos desenvolvidos pelos professores no último bimestre do ano letivo, tendo o 20 de novembro como uma data comemorativa a ser realizada, definida no planejamento anual que acontece no início do ano letivo. As atividades procuram atender a transdisciplinaridade, pois as questões relacionadas ao racismo perpassam por todas as disciplinas, sobretudo, na Geografia, onde é capaz de formar cidadãos críticos através das categorias geográficas e também a partir da leitura da sua realidade, ou seja, “uma consciência espacial cidadã”. Sendo assim a educação geográfica é primordial nesse processo de construção de uma educação antirracista. Apesar da criação da Lei 10.639/03 onde se torna obrigatório a valorização da cultura negra dentro das instituições de ensino, trazendo assim à questão de se trabalhar a história da África e a sua importância para a formação da nossa sociedade nacional. É bom lembrar que essas conquistas se deram graças às décadas de lutas dos movimentos sociais negros, contudo, mesmo com 18 anos da implementação da lei, ainda existe instituições escolares que não trabalham essa temática e há um desconhecimento dos professores e alunos sobre a mesma, desta forma, acaba não efetivando a legislação, por não ter uma agenda antirracista nessas escolas.

**Palavras-chave:** Racismo, Lei 10.639, Pedagogia da Alternância, Ensino de geografia.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar la Semana de la Experiencia de la Conciencia Negra en la Escuela Familiar Agrícola de Porto Nacional - Tocantins, donde tiene lugar la culminación de los trabajos desarrollados por los maestros en los últimos dos meses del año escolar, con el 20 de noviembre como fecha conmemorativa a celebrar, definida en la

<sup>1</sup> Graduada pelo curso de Geografia e Mestranda do Curso de Pós-Graduação de Geografia na Universidade Federal do Tocantins - UFT, [chicabezerra1504@gmail.com](mailto:chicabezerra1504@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de História e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, [jonatas123xavier@hotmail.com](mailto:jonatas123xavier@hotmail.com);

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, [rosanebalsan@uft.edu.br](mailto:rosanebalsan@uft.edu.br);

<sup>4</sup> Doutor em Geografia pela USP – Universidade de São Paulo, [rosemberggeo@mail.uft.edu.br](mailto:rosemberggeo@mail.uft.edu.br).



planificación anual que tiene lugar al comienzo del año escolar. Las actividades buscan encontrarse con la transdisciplinariedad, porque los temas relacionados con el racismo impregnan todas las disciplinas, especialmente la geografía, donde es capaz de formar ciudadanos críticos a través de categorías geográficas y también desde la lectura de su realidad, es decir, "una conciencia espacial ciudadana". Por lo tanto, la educación geográfica es primordial en este proceso de construcción de una educación antirracista. A pesar de la creación de la Ley 10.639/03 donde se hace obligatoria la valorización de la cultura negra dentro de las instituciones educativas, llevando así a la cuestión del trabajo la historia de África y su importancia para la formación de nuestra sociedad nacional. Vale la pena recordar que estos logros se debieron a las décadas de luchas de los movimientos sociales negros, sin embargo, aún con 18 años de la implementación de la ley, todavía hay instituciones escolares que no trabajan en este tema y existe un desconocimiento de maestros y estudiantes al respecto, por lo tanto, termina por no implementar la legislación, porque no tiene una agenda antirracista en estas escuelas.

**Palabras clave:** Racismo, Ley 10.639, Pedagogía de la alternancia, Enseñanza de la geografía.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta experiência na realização da Semana da Consciência Negra na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – Tocantins (EFAPN). Essa ação tem conquistado espaço dentro e fora da escola, em que a cada ano novas atividades têm sido inseridas na programação da semana. A culminância dos trabalhos, desenvolvidos pelos professores, acontece a partir de suas práticas pedagógicas e a participação da comunidade.

A educação pode mudar o mundo. Não qualquer educação, mas uma educação de qualidade que atenda às necessidades de todos de forma igualitária e não somente de uma classe dominante. Por muito tempo, e ainda hoje, a educação tem sido utilizada como uma ferramenta de aprisionamento e não de libertação (FREIRE, 1996). A educação que reprime, aprisiona e paralisa não atende aos anseios da classe mais pobre, mas perpetua as desigualdades e fortalece a classe dominante. Por outro lado, a educação deve ser praticada de acordo com os objetivos dos seus sujeitos. Assim, uma educação industrial pouco auxilia nas atividades do campo, da mesma forma que uma educação para as práticas do campo pouco contribui para a formação e atuação industrial.

É necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉZAROS, 2015). A luta constante dos movimentos sociais minimiza as desigualdades entre as classes, especialmente através da educação. A origem da Educação do Campo parte dessas reivindicações presentes



na década de 1960, onde os movimentos sociais, sindicais e algumas pastorais lutaram por direitos, dentre eles o direito a uma educação de qualidade. Essas conquistas se deram principalmente no aspecto do aparato legal sobre a Educação do Campo. Hoje temos Leis, resoluções, pareceres e decretos que possibilitam a construção de uma escola do campo com qualidade social (PEREIRA, 2017).

No movimento de Educação do Campo, dentre os vários métodos educativos, existem os Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs, que compreende as Casas Familiares Rurais e as Escolas Famílias Agrícolas. Os CEFFAs têm como proposta pedagógica a Pedagogia da Alternância.

Deste modo, a Escola Família Agrícola está inserida em uma proposta de Educação do Campo com origem na França em 1935. Trata-se de uma pedagogia própria – A Pedagogia da Alternância – e hoje está presente nos cinco continentes. Chegou ao Brasil em 1969, sendo praticada atualmente em 21 estados (PPP, 2020).

No estado do Tocantins, a primeira Escola Família Agrícola implantada foi na cidade de Porto Nacional – TO, como uma iniciativa da organização não governamental Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE), que existe na cidade desde 1969 e presta relevantes serviços à comunidade de baixa renda. Através da observação do aumento do êxodo rural, a Comsaúde percebeu-se a necessidade de escolas para crianças e jovens. Estes fatores foram fundadores para o surgindo da primeira Escola Família Agrícola no Estado do Tocantins (PPP, 2020).

A Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFAPN) possui cerca de 180 estudantes matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e Cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, ambos Integrados ao Ensino Médio. Os estudantes são provenientes de aproximadamente 75 comunidades rurais e estão distribuídos em 28 municípios do Estado do Tocantins, com distância variável de 6 a 800 km da escola. Os estudantes são filhos de agricultores familiares, residentes em diferentes comunidades camponesas, organizadas em várias associações, sindicatos rurais e também em cooperativas de pequenos produtores. Como consta na missão da EFAPN:

“Somos uma escola do campo, com metodologia específica a Pedagogia da Alternância, para atender o público camponês, incentivando as organizações do povo para o exercício da cidadania na luta por seus direitos e melhores condições de vida” (PPP, 2020).

Estão presentes no PPP da escola seus princípios pedagógicos: Missão, Visão de



futuro, Objetivos e Valores sendo perceptível na Missão da instituição o quanto ela prima pela formação cidadã, onde o sujeito possa ser protagonista do seu aprendizado e capaz de conhecer a sua realidade e intervir em prol da transformação pessoal e do coletivo.

Ao longo dos 27 anos de existência a Escola busca adequar suas atividades pedagógicas para atender as necessidades dos educandos na sua formação, como também, para o desenvolvimento das comunidades camponesas. A Escola possui princípios filosóficos que direcionam a construção de uma educação do campo, com o objetivo de formar cidadãos capazes de construir sua própria história, futuro, objetivos e valores.

Em sua organização pedagógica a Escola utiliza instrumentos que possibilitam garantir a participação e envolvimento dos sujeitos como: alternância com um tempo escola e um tempo comunidade; internato; ação comunitária; plano de formação; plano de aprendizagem e avaliação das sessões.

A Pedagogia da Alternância está alicerçada no tempo escola através do tema gerador; da viagem de estudo; da folha de observação; da intervenção externa; do caderno da realidade; do acompanhamento personalizado; e da avaliação da sessão. E no tempo comunidade através do plano de estudo; do caderno de acompanhamento; da visita às famílias; dos cursos; dos estágios; da atividade de retorno; do projeto de vida e do projeto profissional. Através de todos estes instrumentos há o envolvimento dos diferentes atores em tempos e espaços diferenciados de formação, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua inserção social (PEREIRA, 2021).

## **METODOLOGIA**

No mês da Consciência Negra na EFAPN são realizadas várias atividades, sendo estas, planejadas pela equipe escolar, em especial ao grupo responsável pelas metas e ações do ano.

As atividades visam atuar nas mais diferentes áreas de conhecimento como: Biologia, História, Geografia, Português, Artes, Matemática, Ensino Religioso e demais áreas dispostas a atuar em concordância com o projeto.

Além das atividades realizadas no espaço, os estudantes e servidores são convidados a participarem de: oficinas, apresentações culturais organizadas pelo município, realização de palestras em comunidades quilombolas, assim como prestigiar as atividades desenvolvidas por elas e eventos realizados em escolas da cidade. É importante ressaltar que essas atividades contemplam as diretrizes da Lei 10.639/2003.



Em sala de aula os professores das várias áreas do conhecimento abordaram nas suas aulas temas mais específicos das suas disciplinas. Por exemplo, os professores das áreas biológicas ensinaram aos alunos sobre as similaridades e especificidades genéticas entre os diversos grupos humanos, os professores de linguagens ofereceram oficinas de confecção de poesias e literatura de cordel.

Os alunos também praticaram atividades artísticas, como, por exemplo, pinturas com a temática afro, confecção de cartazes sobre os movimentos pan-africano e líderes e militantes negros no decorrer da história, Geografia da África, assim como atividades no projeto Sim, Você Pode!

As músicas tocadas no decorrer da semana na Rádio Campo Aberto (rádio da EFAPN) foram selecionadas para dar visibilidade à temática comemoração da consciência negra, com cantores negros ou músicas que abordam a temática. Os estudantes que colaboram com a rádio convidaram pessoas da comunidade para falarem sobre racismo e os aspectos sociais as quais a juventude negra está vulnerável.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O Brasil é o país com maior número de pessoas pretas no mundo fora dos países do continente Africano. Mesmo assim, o Brasil ainda tem uma realidade marcada por preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes (OLIVEIRA, 2019).

Fernandes (2014), afirma que o passado escravista, sentenciou os negros, antes escravizados, a uma condição de desigualdade, marginalizados na sociedade brasileira, e pouco contemplados pelas estratégias econômicas, políticas e educacionais. Este contexto levou a criação dos movimentos sociais, que atuam em prol das causas antirracistas, e da ascensão social do negro diante dos descasos sociais.

Uma demonstração de tais descasos são os dados apresentados pela Pnad (2019), pois, a população negra no Brasil é de 56,10%. Mesmo sendo a maioria da população, este dado não significa que essa parcela da população tenha os seus interesses políticos assegurados. Pelo contrário, como afirma Almeida (2018), devido à permanência de fragmentos psicossociais do regime escravista, os negros estão fadados a um desfavorecimento social. Estes aspectos se materializam em uma estrutura social desigual, pautada no racismo, o que o autor denomina de racismo estrutural. Este racismo é naturalizado pelas instituições, que reforçam a situação politicamente, economicamente, educacionalmente e até ideologicamente.



Pode se afirmar que, após mudanças no cenário político nacional e a luta dos movimentos sociais, houve algumas modificações na constituição das leis brasileiras durante o centenário da abolição. Entretanto, vale ressaltar que apesar da promulgação da Constituição de 1988, o país ainda busca efetivar uma condição de Estado democrático, e até hoje sofre pela nossa história de escravidão (MEC/SEPPPIR, 2004). O que se tem é um risco de perda das políticas já conquistadas, através de duras lutas dos movimentos sociais envolvidos, nas questões étnicas raciais ao longo da história, como é o caso do movimento negro.

Com o avanço das discussões raciais na sociedade contemporânea, houve adesão da educação como bandeira de luta dos movimentos pela igualdade étnica-racial. As escolas devem exercer o papel social e político na construção de uma agenda antirracista, situação já reconhecida por órgãos responsáveis pela educação. Por isso, ressalta-se que:

“A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismo de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integridade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo” (MEC/SEPPPIR, p.7, 2004).

A geografia, nesse contexto, enquanto ciência tem contribuído na construção de outras narrativas, mudando visões de mundo e leituras que temos da África. Porém a Geografia possui diversos estereótipos, provavelmente devido às maiores contribuições de sua consolidação como ciência serem de base europeia.

Além de seu comprometimento com as dinâmicas espaciais da sociedade, a geografia, enquanto um campo disciplinar na escola, deve se atentar para a leitura da realidade, a partir da espacialidade. Essa ação precisa estar equiparada ao entendimento sobre as diferenças, sobre as relações sociais imbuídas no espaço geográfico (SOUZA; SANTOS, 2020).

Também, ressaltamos como o ensino de geografia ajuda a interpretar os fenômenos sociais e, entendê-los para a partir daí o sujeito intervir na realidade. Para Cavalcanti (2013) os conceitos geográficos só farão sentido se forem trabalhados pelo professor de forma que leve o educando a entender esses conceitos para compreender sua realidade e, essa compreensão do raciocínio espacial é fundamental na formação cidadã.

Para tanto, a atuação do professor é indispensável, pois precisa pensar também em uma sequência didática que venha pontuar ações de fortalecimento de uma educação



antirracista nas escolas. Estas ações são atitudes de extrema importância nos dias atuais, em que as políticas do Governo Federal são de negação das lutas dos movimentos raciais que foram essenciais para a existência de políticas de promoção da igualdade racial e nas políticas públicas afirmativas.

Como parceira desse cenário de engajamento social, está a Pedagogia da Alternância, alicerçada no tempo escola através da utilização de instrumentos de aprendizagem, tais como: o tema gerador; a viagem de estudo; a folha de observação; a intervenção externa; o caderno da realidade; o acompanhamento personalizado e a avaliação da sessão. E no tempo comunidade através de instrumentos, tais como: o plano de estudo; o caderno de acompanhamento; a visita às famílias; os cursos; os estágios; a atividade de retorno; o projeto de vida e o projeto profissional (PPP, 2020). Através de todos estes instrumentos há o envolvimento dos diferentes atores em tempos e espaços diferenciados de formação, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua inserção social.

A junção entre a luta antirracista e o ensino de geografia é necessária para a construção do saber e de uma sociedade mais igualitária, tanto que Souza e Santos (2020), afirma que é evidente como a escola e a geografia podem contribuir para a formação cidadã, principalmente na precária democracia brasileira. Por isso, ainda que polêmicos e conflituos, as contradições sociais devem ser trabalhadas de forma argumentada e reflexiva na escola, porque elas estão a todo o momento presentes na vida e nos meios de comunicação.

Neste contexto, tornou-se obrigatório o ensino da História da África e a Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas pela alteração à Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: Art. 26-A, 79-A e 79-B da LDB em 2003. (MEC, SEPIR, p. 35, 2004).

A alteração à Lei 9394/96 foi criada para que houvesse uma valorização da cultura negra dentro das instituições de ensino. A alteração visualizou, portanto, trabalhar a história da África na escola e a sua importância para a formação da nossa sociedade.

Essas conquistas se deram graças às décadas de lutas dos movimentos sociais negros. Contudo, com quase 20 anos da implementação da lei 10.639/03, que obriga o ensino da história da África e cultura afro-brasileira no ensino básico, ainda nos deparamos com o silenciamento das instituições escolares perante a agenda antirracista e a falta de capacitação pedagógica e conceitual de professores/as para tratarem sobre essa questão (SOUZA, 2020).

“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação [...] Faz parte igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça,



de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres.” (FREIRE, p. 39-40, 1996).

No ambiente escolar, com muita frequência, ocorrem atitudes que se caracterizam como “brincadeiras” em tons sexista de gênero e racista. Levando em consideração o contexto histórico a escola empenha em promover o desenvolvimento sócio-educativo de seus educandos, como exemplo as atividades desenvolvidas na semana da consciência negra. Estas atividades vão de encontro a Lei 10.639, que foi criada para que houvesse uma valorização da cultura negra dentro das instituições de ensino, trazendo assim, a questão de se trabalhar a história da África e da sua importância para a formação da sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A escola com o desenvolvimento das atividades no mês da consciência negra tornou-se um espaço de discussões e debates no que tange a cultura, a economia e a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira. A EFAPN também fomentou com os alunos o debate sobre as políticas públicas para os negros, como exemplo, o sistema de cotas e demarcações de territórios quilombolas. Os debates indicaram, juntamente com as dificuldades de autoafirmação entre a juventude negra, a baixa inserção dos jovens negros e quilombolas nas universidades.

Durante as atividades obtivemos uma significativa participação dos estudantes, principalmente nas atividades culturais. Este aspecto indicou para os professores de que há uma identificação dos alunos com as manifestações culturais presentes nas diferentes comunidades rurais atendidas pela escola.

A EFAPN tem desenvolvido trabalho com o tema da consciência negra há vários anos, como exemplo o desfile para a escolha da Miss e Mister da beleza negra, conforme as imagens abaixo.



**Figura 1- Desfile da Beleza Negra**



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO.

A atividade do desfile da Beleza Negra é uma forma da garota e do garoto negro valorizar a sua negritude, ao passo que desconstrói e constroi novos valores diferentes dos que foram pregados pelo colonizador europeu.

**Figura 2 e 3 – Figurinos e apresentação teatral.**



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO.

Na foto 2 demonstra a exposição de figurino de roupas e acessórios cedido por uma loja que vende produtos da moda afro-brasileira. Onde foi exibido no desfile da Beleza Negra



no ano de 2019. Durante a exposição tivemos também bolsa trançada de palha de palmeira e colar de fibra do campim dourado, artesanatos confeccionado pelos povos Xerentes.

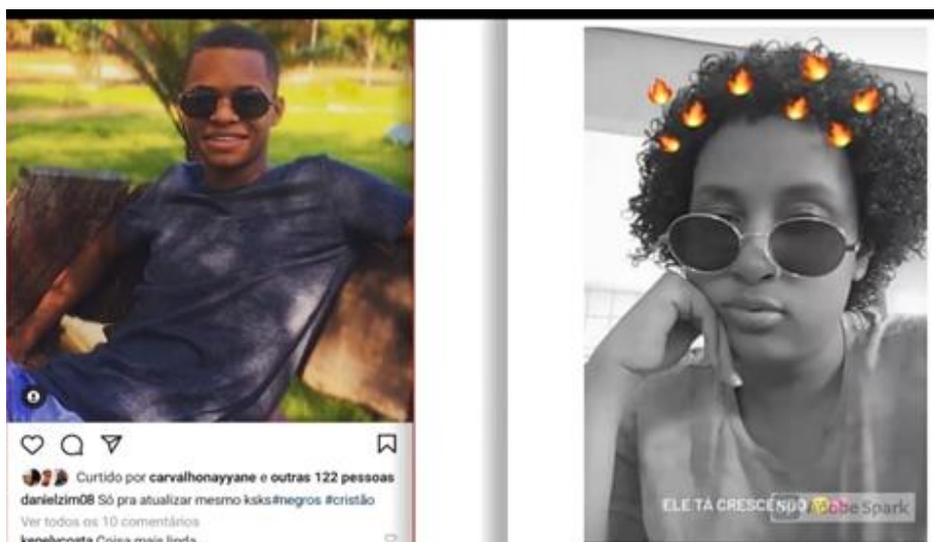
Na foto 3 temos a encenação realizada por estudantes do ensino fundamental do Projeto: Sim. Você Pode. O teatro é um instrumento bastante utilizado pela escola na sua prática de ensino, na Semana da Consciência Negra ele ajuda nas reflexões sobre as temáticas relacionadas às relações étnico-raciais, geralmente como forma de denúncia do racismo presente em nosso país, desconstruindo o mito da democracia racial (ALMEIDA, 2018).

**Figura 4 - Foto do desfile da miss e mister da beleza negra realizada no ano de 2019.**



Fonte: Acervo fotográfico da Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO.

**Figura 5 - Fotos dos nossos estudantes postadas nas redes sociais.**



Na postagem em redes sociais o estudante escreve frases de afirmação e valorização da sua negritude. (Silvanópolis, 2021).



Em seu perfil do Facebook, a aluna publicou a seguinte mensagem referente aos seus cabelos: “ele tá crescendo” (Palmas, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Semana da Consciência Negra almeja contribuir com a educação antirracista da EFAPN, além de valorizar a memória e identidade das comunidades afrobrasileiras atendidas pela escola. Espera-se, ainda, que os alunos possam tomar conhecimento da influência dos povos africanos na construção da nossa sociedade.

Concluimos que as ações foram bem-sucedidas e bastante empolgantes para a equipe pedagógica e alunos. Eles puderam refletir sobre as desigualdades étnico-raciais e obtiveram uma nova perspectiva sócio-emocional sobre a situação. Observa-se, que alunos negros assumem posturas diferentes, no que diz respeito à valorização dos padrões de beleza, fomentando o aumento da autoestima e ao reconhecimento de sua identidade afro. Situação perceptível na atualidade, onde alunos e egressos postam em suas redes sociais imagens e frases de valorização à cultura e a beleza negra.

Temos a esperança de que cada vez mais professores possam participar das atividades da semana da consciência negra, para que possamos eliminar o racismo entranhado na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália, **Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro, novembro de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte – MG; Letramento, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18ª ed. Campinas, SP. Papyrus, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca Azul, V II, 2014.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **Professores e alunos em perspectivas afro-decoloniais: Teorias e práticas escolares**. Revista África e Africanidades- Ano XII -n. 33, 2020.



GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Sociais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In.: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pg. 143-155.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**; tradução de Manoel Brandão Cipolla. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

**Referência do Estado de Goiás**. Revista da ABPN, v. 12 n. Edição Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, abril de 2020, p. 273-291.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial: lei 12.288 de 20 de julho de 2010**. Brasília: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Et al. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de, Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. Alex [et al] (org.). **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: 2018. p. 09-32.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da alternância: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

PEREIRA, Erialdo Augusto, **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: Formação de Jovens e Participação Social**. Porto Nacional, Nagô Editora, 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Família Agrícola de Porto Nacional-Tocantins. 2020.

SANTOS, Nadia Farias dos, **Entre saberes e fazeres docentes: o ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar**. Curitiba, Appris, 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos, **A Lei 10.639 e o Ensino da Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação**. Revista Tamoios ano VII, Nº 1, 2011.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SOUZA, Lorena Francisco de; SANTOS, Camila da Conceição Reis, **A Geografia Escolar e o Ensino das Relações Étnico-Raciais Apontamentos a Partir do Currículo.**